

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.427, DE 2008**

Acrescenta à CLT o art. 818-A, altera os arts. 195 e 790-B e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-A, para dispor sobre ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelecer critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita.

**Autor:** Deputado DANIEL ALMEIDA

**Relator:** Deputado RICARDO BERZOINI

**VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PAES LANDIM**

A proposição em análise pretende alterar a legislação trabalhista em vigor para, conforme justificado pelo Autor, solucionar o impasse em relação ao pagamento dos honorários periciais na hipótese de concessão de assistência judiciária gratuita no âmbito da Justiça do Trabalho quando da realização de perícias referentes à insalubridade e periculosidade. Para tanto apresenta a solução da transferência do ônus da prova para o empregador que deverá apresentar, no momento de sua defesa, a prova de que o ambiente de trabalho oferecido a seus empregados é livre de agentes insalubres ou perigosos e que adotou todas as medidas preventivas necessárias à manutenção da saúde do trabalhador.

O Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) pouco ou nada mudou em relação à essência do projeto principal.

Como incumbe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) analisar a matéria acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pedimos vista deste projeto de lei por acreditarmos que tanto ele como o Substitutivo da CTASP são eminentemente inconstitucionais e injurídicos.

As proposições, ao transferirem para o empregador a responsabilidade pela segurança do ambiente de trabalho, o que já ocorre atualmente,

porém sem a imposição de apresentação de prova pelo empregador, estão eivadas de inconstitucionalidade, pois pretendem conferir ao juiz o discricionarismo de designar perícia ou não, prejudicando o direito inalienável à ampla defesa.

Além disso, propõem que o juiz poderá dispensar a prova pericial sempre que houver documentos nos autos que permitam proferir decisão. Ora, mais uma vez se suprime o direito da parte, no caso da ré-empregadora, em fazer prova de suas alegações livremente, o que injurídico.

Dessa forma, entendemos que as proposições ferem o princípio do contraditório e da ampla defesa, bem como, sob o pretexto de equilibrar forças, acabam por aniquilar totalmente a possibilidade de a parte produzir livremente sua prova a fim de demonstrar suas alegações.

Particularmente em relação ao Substitutivo aprovado na CTASP, o parágrafo único do art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho, proposto pelo art. 1º, estabelece o pagamento dos honorários periciais, quando a parte sucumbente for beneficiária de justiça gratuita, pelo Poder Judiciário, sem qualquer previsão orçamentária, o que a nosso ver, é de patente inconstitucionalidade e injuridicidade.

Assim sendo, apesar de todo meu respeito e admiração pelo ilustre Relator, diante dos argumentos aqui expostos, somos pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 3.427, de 2008, e do Substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2011.

Deputado **PAES LANDIM**